

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP005963/2017  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/06/2017  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR036894/2017  
NÚMERO DO PROCESSO: 46256.001643/2017-26  
DATA DO PROTOCOLO: 19/06/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTE RODOV.E URBANOS DE MARILIA E REGIAO, CNPJ n. 51.512.754/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). APARECIDO LUIZ DOS SANTOS;

E

TURISMAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ n. 55.380.604/0001-00, neste ato representado(a) por seu Empresário, Sr(a). JOSE ANTONIO COLOMBO;

M G COLOMBO TRANSPORTES, CNPJ n. 10.590.431/0001-09, neste ato representado(a) por seu Empresário, Sr(a). JOSE ANTONIO COLOMBO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **MOTORISTA, AGENCIADOR OU BILHETEIRO, COBRADOR, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, FISCAIS E VIGIA**, com abrangência territorial em **Marília/SP**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

#### SALÁRIO NORMATIVO

As partes signatárias elegem os seguintes **pisos salariais** para as funções adiante mencionadas, a partir de 1º de maio de 2017 constituindo-se no valor mínimo a pagar para o exercente da função, depois de aplicado reajuste previsto na cláusula anterior:

**Motoristas Rodoviários Intermunicipais e Interestaduais** executores de serviços de transportes delegados pela ARTESP (DER/SP) e ANTT (DNER):

**MAIO/2017**

**MOTORISTA R\$ 2.129,23**

**AGENCIADOR OU BILHETEIRO: R\$ 1.085,82**

**COBRADOR: R\$ 1.085,82**

**AUXILIAR DE ESCRITÓRIO: R\$ 1.260,10**

**FISCAIS (inclusive fiscal de plataforma) R\$ 1.245,20**

**VIGIA R\$ 1.130,54**

**Paragrafo Primeiro:** Os valores acima consignados são relativos a jornadas de 44 horas normais. Nas extensões das jornadas de trabalho, a remuneração observará os cálculos das horas extras conforme a cláusula 5. As horas noturnas de 52 minutos e 30 segundos terão seus adicionais calculados na forma da lei.

**Paragrafo Segundo:** A duração normal da jornada de trabalho é de 8 horas diárias ou 44 horas semanais, independentes da existência de turnos ininterruptos de revezamento, não se aplicando portando o disposto no art. 7º, inciso XIV da constituição federal.

**Paragrafo Terceiro:** as horas adicionais ou de sobre-tempo realizadas pelo empregado, excedentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou oito (oito) horas diárias, poderão ser objeto de compensação futura, pelo critério de tempo, dentro do período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da prestação extraordinária.

**Paragrafo Quarto:** Se a compensação não se operar dentro deste período, as horas suplementares, serão obrigatoriamente pagas como extras, acrescidas do adicional previsto em lei ou nesta Convenção Coletiva.

**Paragrafo Quinto:** Para os vigias e porteiros fica autorizada uma jornada de 12 x 36, escala unificada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. Instituída a jornada de 12x36 horas, somente serão consideradas extraordinárias as horas trabalhadas que excederem ao limite de 192 horas mensais. O intervalo para repouso e alimentação, na escala unificada de 12 x 36 horas, deverá ser de uma hora. Na hipótese de não concessão do intervalo para repouso e alimentação, na escala de 12x36 horas, fará jus o empregado ao recebimento dessa hora, com o adicional de 60%. Considera-se já remunerado o trabalho realizado aos domingos e feriados que porventura coincidam com a

referida escala.

Nas jornadas de 12 x 36 horas, as faltas injustificadas a serem descontadas corresponderão a 1/15 avos da remuneração do trabalhador.

No sistema de escala de 12 x 36 horas, cujo salário é mensal, não interferirá na remuneração do empregado o número de dias efetivamente trabalhados no mês, levando-se em consideração que estes têm 28, 29, 30 ou 31 dias.

Na elaboração da escala do regime de plantão deverá ser rigorosamente observado que, pelo menos, uma folga mensal coincidirá com um dia de domingo.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

##### **REAJUSTE SALARIAL**

As partes acordam que os salários serão reajustados em 4% (**QUATRO POR CENTO**), aplicáveis sobre os salários de Novembro/2017, já reajustados.

**1.1.** os novos salários terão vigência a partir de 1º de maio de 2017, compensadas as antecipações espontaneamente concedidas e as decorrentes de Lei.

**1.2.** Os admitidos após a data base receberão proporcionalmente o mesmo reajuste, obedecendo à isonomia dos cargos, excluídos as vantagens pessoais.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO ATRAVÉS DE BANCO**

##### **PAGAMENTO ATRAVÉS DE BANCO**

Sempre que os salários forem pagos através de bancos, será assegurado ao empregado intervalo remunerado que não prejudique o andamento do serviço, sendo que esse intervalo não será incluído naquele destinado ao seu descanso, salvo se o crédito do salário for efetuado diretamente na conta corrente do funcionário.

## **Salário produção ou tarefa**

### **CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO POR VIAGEM**

#### **SALÁRIO POR VIAGEM**

É vedada a estipulação de salário contratual por viagem.

## **Descontos Salariais**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO NO SALARIO**

#### **DESCONTOS NO SALARIO**

Ficam vedados os descontos salariais a título de assaltos, roubos, quebra de veículos ou peças ou outras avarias ao patrimônio da empresa ou de terceiros, quando comprovado que o empregado não tenha contribuído para a ocorrência desses fatos.

- A empresa poderá descontar da remuneração mensal do empregado, os valores por ele expressamente autorizados, para cobrir danos causados ou obrigações que tenha assumido inclusive adiantamentos para despesas em viagens cuja prestação de contas não tenha sido corretamente realizada, com a apresentação dos comprovantes necessários. Os descontos poderão ser inclusive repassados a associação ou clube de empregados, cooperativas ou outras entidades, atendendo a mensalidades associativas, empréstimos convênios, planos de assistência médica/odontológica, farmácias, óticas, supermercados, seguros, etc. A qualquer tempo o empregado poderá revogar a autorização de desconto, exceto por obrigações já assumidas e até a liquidação dos eventuais débitos.

### **CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS DECORRENTES DE MULTAS**

#### **DESCONTOS DECORRENTES DE MULTAS**

A empresa comunicará ao empregado a ocorrências de multas, apresentando cópia do auto de infração e as cópias dos documentos necessários ao recurso (documentos do veículo), desde que decorrente do

exercício de sua atividade. Neste caso o empregado poderá solicitar a apresentação de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cabendo á empresa efetuar quaisquer descontos a esse título. O desconto do valor só poderá ocorrer após 30 dias da entrega dos documentos ao empregado, salvo caso de rescisão contratual.

- Em ocorrendo à rescisão do contrato de trabalho, será mantido o desconto referente á multa questionada, aguardando-se a decisão. Se a decisão for favorável ao empregado à empresa o ressarcirá, no valor atualizado pela taxa referencial oficial.

- O motorista primário na infração específica só será onerado da multa pelo seu valor normal.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA NONA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

##### **ADIANTAMENTO SALARIAL**

As empresas fornecerão vale adiantamento de 40% (quarenta por cento) do salário nominal contratual ate 15 dias após o pagamento do salário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DIA DE PAGAMENTO**

##### **DIA DE PAGAMENTO**

O pagamento do salário devera ser feito até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao vencido, incorrendo a empresa infratora em multa de um vigésimo de salário mínimo por dia, a favor de cada funcionário prejudicado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

##### **COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Fica determinado o fornecimento obrigatório de comprovantes de pagamentos, contendo a identificação da empresa, bem como a discriminação de todas as parcelas pagas e descontos efetuados, ficando proibidos os descontos genéricos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SALARIO ADMISSÃO**

### **SALÁRIO ADMISSÃO**

Aos empregados admitidos para exercer a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido por qualquer motivo, será garantido o mesmo salário deste, excluídas as vantagens pessoais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SALARIO SUBSTITUIÇÃO**

### **SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

O trabalhador que venha a substituir outro em caráter não eventual e que perceba salário maior, por qualquer motivo, inclusive por rescisão contratual receberá salário igual a do trabalhador substituído a partir da data da substituição, excluído as eventuais vantagens pessoais.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Outras Gratificações**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VENDAS DE PASSAGENS NA VIAGEM**

### **VENDAS DE PASSAGENS NA VIAGEM**

A empresa pagará ao motorista, participação de resultado correspondente a 5% sobre o valor das passagens que ele vender no decorrer das viagens. Estes pagamentos respeitarão a periodicidade mínima

estabelecida na legislação própria, cujas datas de pagamento serão estabelecidas pelas empresas, não integrando tais valores, a remuneração salarial do empregado para qualquer fim.

### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS**

### **HORAS EXTRAS**

As horas extraordinárias não compensadas, quando prestadas em prorrogação á jornadas normais de trabalho, serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, respeitando-se eventuais acordos coletivos celebrados em separado sobre esse assunto.

A)- As horas extras habituais integrarão a remuneração dos empregados para efeito do D.S.R. Férias, 13º Salário, Aviso Prévio e FGTS

B)- Ficam os empregados, desde logo, autorizados a prorrogar e a compensar a jornada de trabalho nos termos do artigo 59 da CLT, devido às características de operação dos transportes rodoviários de passageiros sujeito a picos de horários e de demanda de serviços.

C)- Podem os empregados estipular intervalo diário para repouso ou alimentação com duração entre 15 minutos e até no máximo de duas (2) horas, respeitadas no tocante, as situações diversas consagradas em acordo já celebrados em anos anteriores, entre empresas e Sindicatos Profissionais locais, ainda que vierem a firmar os presentes instrumentos.

D)- Os D.S.R., domingos ou feriados trabalhados poderão ter folga compensatória no período de trinta dias.

E)-O intervalo de 11 (onze) horas entre duas jornadas de trabalho poderá ser reduzido para até um mínimo de seis (seis) horas, desde que a redução seja compensada com acréscimo em intervalos entre outras jornadas, a título compensatório, limitado essa redução e correspondente acréscimo a uma ocorrência semanal.

F)- Poderão ocorrer jornadas sem intervalo para repouso ou alimentação, desde que sua duração não ultrapasse a jornada normal isto é, sem horas extraordinárias, para que os empregados trabalhem em ?uma só pegada? e possam se retirar do trabalho, mas cedo. Na ocorrência de tal tipo de jornada, não caberá remuneração do intervalo não utilizado de que trata parágrafo 4º do art. 71 da CLT.

## Adicional de Sobreaviso

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL AO AVISO PRÉVIO

#### INDENIZAÇÃO ADICIONAL AO AVISO PRÉVIO

Na rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa e por iniciativa da empresa, será paga uma indenização adicional ao aviso prévio, correspondente a 2 (dois) dias do salário contratual, por ano de serviço ou fração superior a seis meses

## Participação nos Lucros e/ou Resultados

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

#### PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

As empresas pagarão a todos os empregados representados pelo Sindicato acordante, inclusive para os empregados que estiverem em gozo de férias, 2 parcelas relativas á participação nos resultados, nos termos da lei 10.101 de 19/12/2000 que regularmente o art. 7º, inciso XI da Constituição Federal.

A)- O valor da participação do empregado será correspondente a duas parcelas de **R\$ 335,00 ( TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)** cada uma, **totalizando R\$ 670,00 (SEISSENTOS E SETENTA REAIS)** , no período, sendo a primeira no mês de **setembro/2017** e a segunda em **Março/2018**, podendo o pagamento ser realizado até o quinto dia do mês subsequente.

**B)-** As empresas eventualmente já tenham programa de participação dos resultados em operação ou em fase de implantação, poderão compensar os valores aqui avançados ou mantê-los em substituição ao ora convencionado, desde que respeitados os valores estipulados nestes instrumentos.



C)- Os direitos substantivos da participação, a periodicidade, base de cálculo e data do pagamento poderão ser estabelecido individualmente em cada empresa. A comissão escolhida será integrada também por um representante indicado pelo sindicato profissional.

D)- Nas hipóteses de admissão após 1º de maio de 2017, de demissão sem justa causa ou de afastamento por auxílio doença, o empregado receberá participação de resultado proporcionalmente, sendo 1/12 (um doze avos) para cada mês de trabalho entre 1º de maio de 2017 e 30 abril de 2018, sendo que fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como um mês integral. Para os admitidos após agosto/2017, o pagamento proporcional será em abril/2018.

E)- A participação aqui estabelecida não integra a remuneração salarial do empregado para qualquer fim e não se lhe aplica o princípio da habitualidade.

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CESTA BÁSICA**

#### **CESTA BÁSICA**

A empresa fornecerá uma Cesta Básica a todos os empregados preferencialmente entre os dias 20 e 25 de cada mês. A cesta básica será constituída no mínimo dos seguintes itens: **10 Kg Arroz agulhinha tipo I; 3 Kg Feijão; 4 latas Óleo Soja; 1Kg Sal Refinado; 5 Kg Açúcar; 3- pacotes Macarrão com Ovos de 500 gramas cada; 1Kg de farinha de trigo, 01 pacote de café ? 500 gramas com selo ABIQ, 01 lata de sardinha 130 gramas, 02 lata de extrato de tomate de 140 grama, 01 pacote de farinha de mandioca de 500 gramas, 01 pacote de fubá mimoso de 500 gramas, 02 cremes dental de 90 gramas, 03 sabonetes de 90 gramas.**

#### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXILIO FUNERAL**

## **AUXÍLIO FUNERAL**

No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará ao dependente qualificado, a título de auxílio funeral e na época de óbito, o valor equivalente a três salários mínimos. O pagamento poderá ser realizado ao Sindicato Profissional, se este solicitar a tempo e comprovar haver adiantado o respectivo valor ao dependente qualificado. Caso o falecimento ocorra em trânsito, estando o empregado a serviço, a empresa responderá pelo custo do traslado do corpo.

## **Seguro de Vida**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGURO DE VIDA**

#### **SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

As empresas manterão seguro de vida em grupo, garantindo indenização única e total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Caso de morte ou de invalidez permanente do empregado, decorrente de acidente no trabalho. A empresa que não

Não contratar apólice de seguro responderá pelo pagamento.

**PARAGRAFO UNICO:** Para a função Motorista, este seguro segue a Lei 13.103/2015, que é 10 vezes o salário do motorista conforme cláusula terceira deste acordo.

## **Aposentadoria**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA**

#### **INDENIZAÇÃO APOSENTADORIA**

As empresas pagarão ao empregado que conte no mínimo 8 (oito) anos de tempo de serviço ao se aposentar, na ocasião de seu desligamento da empresa, uma indenização adicional no valor de 2 (duas) vezes a sua remuneração contratual.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Suspensão do Contrato de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA NA RESCISÃO CONTRATUAL**

##### **GARANTIA NA RESCISÃO CONTRATUAL**

As rescisões de contrato de trabalho, havendo o empregado prestando mais de 12(doze) meses de serviço, serão preferencialmente homologadas na entidade sindical da categoria profissional, no prazo de 10(dez) dias após o desligamento.

A)- Na ocorrência de atraso por culpa da empresa, esta pagará ao empregado, multa no valor de um vigésimo de salário mínimo por dia excedente ao prazo estipulado, cujo valor será limitado a um salário.

B)- Quando a homologação for realizada em outra localidade que o da residência do empregado, a empresa fornecerá passagens para o transporte de ida e volta e uma refeição, se necessário.

#### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JUSTA CAUSA**

##### **JUSTA CAUSA**

Em caso de dispensa por justa causa a empresa comunicará ao empregado, por escrito e contra recibo, cientificando-o dos motivos da dispensa, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA A GESTANTE**

##### **GARANTIA Á GESTANTE**

Será garantida a estabilidade provisória da gestante, do mês da confirmação da gravidez, levada de imediato ao conhecimento da empresa na forma da lei.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MAES ADOTANTES**

### **MÃES ADOTANTES**

As mães adotantes de recém-nascidos até 06 meses de idade serão consideradas, para efeito das garantias previstas neste acordo, com os mesmos direitos da mãe biológica.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - GARANTIA AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR**

### **GARANTIA AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR**

As empresas concederão estabilidade ao trabalhador em idade de prestação de serviço militar desde o alistamento e até 60(sessenta) dias após a baixa ou dispensa da incorporação.

#### **Estabilidade Aposentadoria**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA**

### **GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA**

Ficam asseguradas as garantias de emprego e de salário aos empregados que dependam de até dois anos para aquisição do tempo mínimo de serviço necessário à aposentadoria e que trabalhem na empresa por período igual ou superior a 5 (cinco) anos, condicionando-se, entretanto, à comprovação desse fato por escrito ao empregador, ressalvando-se, a ocorrência de falta grave.

**A** - A comprovação deverá ser feita até 30 dias antes da aquisição do referido tempo. Caso não tenha feito essa comprovação, tal fato será informado no ato do recebimento de eventual Aviso Prévio, ficando o empregado liberado de cumprimento para providenciar os documentos comprobatórios. Se comprovar até o termo final do Aviso Prévio, este será cancelada; caso contrário à demissão será mantida, considerando-se como falta os dias não trabalhados.

**B)**- No caso de Aviso Prévio indenizado, haverá prazo de até vinte dias para comprovação, a partir da data determinada para homologação da rescisão, que ficará sustada durante esse período.

## **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOCUMENTOS**

#### **DOCUMENTOS**

Serão fornecidos documentos aos empregados, quando da admissão, cópia do contrato de trabalho e bem assim na demissão, contratual e outros pertinentes ao ato.

#### **Outras normas de pessoal**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CARTEIRAS PROFISSIONAIS**

#### **CARTEIRAS PROFISSIONAIS**

As empresas cuidarão para que sejam anotados nas CTPS, os cargos efetivamente exercidos pelos empregados, respeitados as estruturas de cargos e salários existentes nas mesmas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com observância do que estabelece o art. 29 da CLT.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPREGADO ESTUDANTE**

#### **EMPREGADO ESTUDANTE**

O empregado estudante, cursando estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, terá abonado a falta para a prestação de exames escolares, quando realizados durante a jornada de trabalho desde que avise antecipadamente seu empregador, no prazo de mínimo de 72 horas, sujeitando-se à comprovação posterior

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PREENCHIMENTO DE FORMULARIO A PREVIDENCIA SOCIAL**

#### **PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A empresa deverá preencher a documentação exigida pelo INSS (atestado de afastamento e salários; declaração de atividade penosa, perigosa e insalubre, etc.), quando solicitado por escrito pelo trabalhador e fornecê-la, obedecendo ao prazo máximo de 5(cinco) dias.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - SEST / SENAT**

### **SEST / SENAT**

As entidades Sindicais, patronal e profissional, atuarão em conjunto para avaliar o funcionamento do SEST/SENAT, no atendimento ao setor, objetivando a contrapartida das taxas pagas.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Controle da Jornada**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE HORÁRIOS**

### **CONTROLE DE HORÁRIOS ADEQUAÇÃO A LEI 13.103/2015**

As empresas ficam obrigadas a manter controle de horários para seus empregados, na forma da lei.

**A)-** Nos registros deverão constar os horários de apresentação ao trabalho conforme escalado, e o de encerramento, cumpridas as últimas obrigações.

**B)-** No intervalo para repouso ou alimentação será registrado o tempo efetivamente desfrutado.

**C)-** Poderá ocorrer mais de um intervalo para repouso ou alimentação dentro da mesma jornada de trabalho, desde que a soma deste intervalo não ultrapasse 3 (três) horas, prevalecendo neste caso o estabelecido § 2º do art. 71 da CLT.

**D)-** Os D.S.R, domingos ou feriados trabalhados poderão ter folga compensatória no período de 30 (trinta) dias.

#### **Outras disposições sobre jornada**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INTERRUÇÃO DO TRABALHO**

### **INTERRUPÇÃO DO TRABALHO**

Quando as empresas suspenderem o trabalho de seus empregados por motivos técnicos para a execução de serviços de manutenção ou falta de matéria-prima não poderão exigir que reponham as horas deixadas de trabalhar.

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS**

### **FÉRIAS**

Observado o disposto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal vigente e no art. 135 da CLT, as férias terão início em dias úteis.

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Condições de Ambiente de Trabalho**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ALOJAMENTOS E REEMBOLSOS**

### **ALOJAMENTOS E REEMBOLSOS**

As partes estabelecem a título de alojamento e alimentação, o seguinte critério:

A)- A empresa manterá a disposição de seus empregados e motoristas, quando estes se encontrarem foras do local de sua base alojamento adequado, sem ônus para os trabalhadores, destinados exclusivamente para descanso nos intervalos entre duas jornadas de trabalho, nos principais entroncamentos de suas linhas, competindo aos empregados que deles se utilizam, bem como o empregador velarem pela higiene e disciplinas em tais locais, de forma a garantir o necessário repouso dos mesmos obedecidos o regulamento interno.

B)- As empresas quando não dispuserem de alojamentos próprios, darão ao motorista ou funcionários, em viagem, fora do local de sua base, alojamento, não integrando isto a sua remuneração para nenhum efeito.

C)- O tempo despendido nos alojamentos de descanso entre duas jornadas de trabalho não poderá ser considerado como tempo à disposição do empregador.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AGUA POTAVÉL**

### **ÁGUA POTÁVEL**

As empresas se obrigam a manter no local de trabalho, água potável para consumo dos seus empregados.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - SANITÁRIOS**

### **SANITÁRIOS**

As empresas se obrigam a manter os sanitários masculinos e femininos em condições de higiene

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ARMÁRIOS INDIVIDUAIS**

### **ARMÁRIOS INDIVIDUAIS**

As empresas manterão armários individuais para guarda de roupas e pertences dos empregados, desde que a troca de roupa decorra de exigência da atividade desenvolvida pelo funcionário.



## **Uniforme**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - UNIFORMES**

#### **UNIFORMES**

Fica estabelecido o fornecimento gratuito de 2 calças e 4 camisas, por ano, para os motoristas, cobradores e bilheteiros e dois macacões para o pessoal de manutenção. Os uniformes cujo uso for exigido pela empresa, serão fornecidos gratuitamente

#### **Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MOTORISTA**

#### **CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MOTORISTA**

As empresas fornecerão sem ônus para seus empregados motoristas, o curso de capacitação para motoristas do transporte coletivo de passageiros, de que trata a Portaria DETRAN 1467/SP de 08 de novembro de 2001. Os candidatos à admissão deverão se apresentar já com o curso concluído, ou suportar o ônus de sua realização, a critério das empresas contratantes.

## **Relações Sindicais**

### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISO**

#### **QUADRO DE AVISO**

Permissão à diretoria do sindicato profissional para proceder à colocação, em local visível e acessível, condicionando-se a medida à prévia comunicação à empresa.

## **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS**

#### **PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS**

As empresas liberarão por três 3 (três) dias, sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens, até 2 (dois) delegados sindicais no exercício de mandato, por empresa, para participarem do congresso anual da categoria, devendo o sindicato profissional comunicar os nomes e o evento por escrito à empresa, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

#### **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE EMPREGADOS**

#### **RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

Por ocasião do recolhimento da contribuição sindical, que deverá ser efetuado em conta própria na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, as empresas, juntamente com as guias de recolhimento, enviarão às entidades sindicais as relações dos empregados, contendo nome, funções e valor da contribuição de cada um.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADES SINDICAIS**

#### **MENSALIDADES SINDICAIS**

Desde que observados os termos do Art. 545 da CLT, as empresas descontarão 1% do salário de cada empregado associado ao sindicato, em folha de pagamento a título de mensalidade associativa em favor da entidade sindical profissional, procedendo ao recolhimento em seu favor, até o dia 10 de cada mês.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAIS**

## **CONTRIBUIÇÃO SINDICAIS ASSISTENCIAL/NEGOCIAL**

Sendo Contribuição Assistencial/negocial num percentual de 1% ( um por cento) mensal inclusive sobre o 13º (décimo Terceiro), á exceção dos meses de Julho e Novembro/2017, cujo percentual será de 3% cada mês a ser repassada em conta bancaria da entidade através de boleto bancário até o dia 10 de cada mês subsequente, sendo para todos os representados da categoria , garantindo o direito de personalíssimo de oposição a cada trabalhador, conforme ata de Assembléia Geral em 25/04/2017.

**PARAGRAFO UNICO:** Fica ressalvado o direito de oposição do trabalhador a ser exercido a qualquer tempo, devendo ser manifestado em notificação por escrito de proprio punho do mesmo, sem a exigencia de comparecimento pessoal.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

### **COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

No prazo de trinta dias a contar da assinatura do presente acordo, as partes desenvolverão negociações, objetivando a instituição de Comissões de Conciliação Prévia, nos moldes da lei 9.958, de 12 de janeiro de 2000.

**a)-** As comissões instituídas nas formas do item anterior integrarão o presente acordo em dissídio coletivo, na forma de aditivo.

### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

## **AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

Os Sindicatos Profissionais poderão ajuizar ação de cumprimento em favor de sua categoria na hipótese de violação de quaisquer cláusulas do presente instrumento, independentemente da outorga de procuração por parte dos trabalhadores. Toda via, o ajuizamento da ação de cumprimento ficará condicionado à tentativa frustrada de conciliação, obrigatoriamente intermediada pela Federação Laboral e o Sindicato Patronal.

## **Outras Disposições**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - MULTA**

#### **MULTA**

Fica estipulada a multa de um vigésimo de salário mínimo para cada infração às cláusulas contidas neste Acordo, revertendo o benefício a favor da parte prejudicada, com exceção daquelas que prevêm multa específica.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - RECONHECIMENTO DOS ACORDOS**

#### **RECONHECIMENTO DOS ACORDOS.**

Os acordos firmados entre empresas e sindicatos terão eficácia para todos os empregados da empresa, independentemente da base territorial das filiais.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO A QUALQUER TEMPO**

#### **NEGOCIAÇÃO A QUALQUER TEMPO**

Acordam as partes que havendo interesse, as partes poderão voltar á negociação a qualquer tempo, durante a vigência deste.

APARECIDO LUIZ DOS SANTOS  
Presidente  
SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTE RODOV.E URBANOS DE MARILIA E REGIAO

JOSE ANTONIO COLOMBO  
Empresário  
TURISMAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA

JOSE ANTONIO COLOMBO  
Empresário  
M G COLOMBO TRANSPORTES

**ANEXOS**  
**ANEXO I -**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.